

RESUMO EXPANDIDO DE RELATO TÉCNICO

Análise da acessibilidade em espaços públicos de em um município localizado no noroeste do Paraná: Relato técnico de experiência extensionista.

Cauani B. dos S. Niro, Fisioterapia, Centro universitário Integrado, Brasil.

Felipe Daniel Medeiros, Fisioterapia, Centro universitário Integrado, Brasil.

Julia Marçal Silva, Fisioterapia, Centro universitário Integrado, Brasil

Pedro Augusto Bello, Fisioterapia, Centro universitário Integrado, Brasil

Maria E. dos S. de Oliveira, Fisioterapia, Centro universitário Integrado, Brasil

Vinicius Ferreira de Barros, Fisioterapia, Centro universitário Integrado, Brasil

Elaine Cristina Costa Lopes, docente do curso de Fisioterapia, Centro Universitário Integrado, Brasil, elaine.costa@grupointegrado.br

INTRODUÇÃO

A compreensão da deficiência tem passado por transformações, sendo atualmente entendida, a partir do modelo biopsicossocial, como resultado da interação entre limitações individuais a longo prazo e barreiras socioambientais (Brasil, 2015).

Do ponto de vista epidemiológico, trata-se de uma relevante questão de saúde pública nacional atingindo cerca de 14,4 milhões de brasileiros (IBGE, 2022). Apesar da existência de políticas públicas de inclusão, barreiras físicas ainda comprometem a acessibilidade e a participação social de pessoas com deficiência.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo relatar as experiências extensionistas oriundas da análise das condições de acessibilidade em locais públicos de um município de pequeno porte, situado no noroeste do Paraná, durante o período de fevereiro e março de 2026, propondo sugestões de adaptações que favoreçam o uso seguro e acessível desses ambientes por pessoas com deficiência.

MÉTODO

Trata-se de um relato de experiência, de caráter descritivo, vinculado a um projeto de extensão universitária, desenvolvido por discentes do curso de bacharelado em Fisioterapia do Centro Universitário Integrado, localizado no município de Campo Mourão, Paraná. As ações foram desenvolvidas em um município de pequeno porte, e possuem abordagem de caráter qualitativo, permitindo a análise das condições de acessibilidade em locais públicos da cidade.

Foram incluídos nas observações a análise da praça municipal, igreja católica, Unidade Básica de Saúde (UBS), e colégios, da rede municipal e estadual, com o objetivo de analisar a presença ou ausência de elementos de acessibilidade no ambiente.

A análise e registros dos dados foram realizados de forma descritiva, utilizando de listas de verificação de elementos (checklist) com base nos critérios de promoção de acessibilidade em espaços urbanos estabelecidos pela norma ABNT NBR 9050:2015. Com a análise, propostas sugestões de adaptações foram feitas a fim de minimizar as barreiras identificadas e promover maior autonomia aos usuários.

CONTEXTO DO PROJETO OU SITUAÇÃO-PROBLEMA

As ações tiveram foco na análise das condições de acessibilidade em espaços públicos de um pequeno município do noroeste do estado. Para Castro *et al.* (2021), a pessoa com deficiência possui necessidades parecidas com as da pessoa sem deficiência, mas a condição acaba por agravar estas demandas. Contudo, a ausência de acessibilidade reduz a funcionalidade, e traz prejuízos físicos, psicológicos e sociais ao cidadão.

Os locais analisados caracterizam-se como instituições públicas e comunitárias, utilizadas diariamente pela população local. A Política Nacional da Pessoa com Deficiência destaca a necessidade de organização de serviços voltados a essa população, implicando na garantia de condições adequadas de acessibilidade para o uso desses espaços (Brasil, 2008). Por se tratar de um município de pequeno porte, observa-se que a acessibilidade em locais públicos ainda não cumpre com as exigências previstas na Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015) e na ABNT NBR 9050:2015 (ABNT, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da observação e verificação dos espaços públicos avaliados por meio de análises qualitativas, registros fotográficos e anotações, foi possível sintetizar os dados referentes às condições de acessibilidade em uma tabela comparativa (Tabela 1). Foram considerados aspectos como acesso externo e interno, existência de vagas destinadas a pessoas com deficiência, presença de sanitários adaptados e sinalização. A seguir, tabela comparativa das condições de acessibilidade dos locais avaliados.

Tabela 1: Condições de acessibilidade dos locais avaliados.

Local	Acesso externo	Acesso interno	Vagas para PcD	Sanitários adaptados	Presença de rampas	Sinalização
Colégio Estadual	Parcialmente	Parcialmente	Ausente	Adequado	Adequado	Ausente
Colégio Municipal	Inadequado	Parcialmente	Ausente	Ausente	Adequado	Ausente
Igreja Católica	Parcialmente	Parcialmente	Ausente	Ausente	Adequado	Ausente

Unidade Básica de Saúde	Parcialmente	Parcialmente	Ausente	Adequado	Adequado	Parcialmente
Praça Municipal	Parcialmente	Parcialmente	Presente, com barreiras arquitetônicas	Ausente	Adequado	Ausente

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

A análise realizada evidenciou necessidade de melhoria nos locais. Pequenos ajustes, como a implantação de corrimão, rampas, e a criação de vagas de estacionamento destinadas a pessoas com deficiência, poderiam contribuir para a adequação desses ambientes e melhor atendimento a essa parcela da população.

Figura 1 - Barreiras físicas encontradas nos diferentes locais observados.



Fonte: Arquivo pessoal (2026).

Apesar das inadequações identificadas, observa-se maior preocupação das instituições públicas com a acessibilidade. O Colégio Estadual passou por reformas como construção de rampas, instalação de elevador, e adaptação de banheiro, representando avanços na inclusão e funcionalidade na efetivação das atividades de vida diária (AVD's).

Figura 2 - Acessibilidade em colégio da rede Estadual de educação.



Fonte: Arquivo pessoal (2026).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, evidencia-se que, apesar da existência de leis de inclusão, como a Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), ainda há muito a ser feito para garantir a plena inclusão de pessoas com deficiência em locais públicos. A ausência de rampas e corrimãos, portas com largura inadequada e falta de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência demonstram a necessidade de ampliar a conscientização da sociedade sobre a importância da acessibilidade.

Além disso, as ações possibilitaram com que os discentes notassem a importância sobre do profissional fisioterapeuta na eliminação das limitações funcionais ocasionadas por fatores ambientais, observando exemplos concretos na vida real. Para as próximas ações, a observação de mais locais, e estudos com ferramentas que permitam a análise quantitativa e aprofundada do ambiente podem ser empregadas.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária. Fisioterapia. Acessibilidade. Locais públicos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/NBR9050-2015.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 02 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_pessoa_deficiencia.pdf. Acesso em: 05 mar. 2026.

CASTRO, A. M. M.; SILVA, J. S.; MACEDO, L. C. S. A.; ROSA, N. S. F.; BERTUSSI, D. C.; SANTOS, M. L. M.; MERHY, E. E. Barreiras ao acesso a serviços de saúde à pessoa com deficiência no Brasil: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**,

Rio de Janeiro, v. 26, n. 10, p. 4567-4578, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/saudecoletiva/article/view/11351/8015>. Acesso em: 05 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (COFFITO). Resolução nº 370, de 2010. Dispõe sobre a adoção da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Brasília, DF: COFFITO, 2010. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3133>. Acesso em: 30 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional de Saúde: pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43463-censo-2022-brasil-tem-14-4-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 12 mar. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF). Geneva: WHO, 2001. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/42407>. Acesso em: 22 mar. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global report on health equity for persons with disabilities. Geneva: WHO, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240063600>. Acesso em: 25 mar. 2026.